

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO

/2022

93/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública na reunião ordinária desta comissão do dia 17/03/2022, com a finalidade de elucidar as razões do fechamento do aeroporto **do Carlos Prates - SBPR**, previsto para maio deste ano e da possibilidade de construção de conjuntos habitacionais no local.

A intenção do presente requerimento é dar publicidade aos belo-horizontinos das razões do fechamento do aeroporto Carlos Prates, estabelecendo um debate amplo entre as esferas governamentais, entes privados interessados e cidadãos de Belo Horizonte.

Portanto, faz-se necessária a realização de audiência para que os responsáveis possam fornecer maiores informações sobre o fechamento do Aeroporto Carlos Prates.

A lista de convidados será encaminhada posteriormente.

Agradeço antecipadamente.

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2022.



VEREADOR RUBÃO
PARTIDO PROGRESSISTA

Exmo. Sr.

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário.

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

11 112 122

h/600
Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME

DELIBERAÇÃO Nº 14/2021

DATA 10/02/22

HORA 9:17:10



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº **94/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência e aos demais membros desta Comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, que após ouvido este plenário seja encaminhado, por meio da Mesa, Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap, o pedido de informações sobre a questão abaixo relacionada:

Moradores do Bairro Mantiqueira do município de Belo Horizonte chegaram a essa casa apresentando a seguinte demanda: Relataram que com o período de chuvas necessário fazer recapeamento das vias. A PBH vem realizando o recapeamento da Alcides Pereira dos Santos, no bairro Mantiqueira, entretanto a Rua Mércia Wanderley Lara, CEP: 31655280 , que é paralela a via que está sendo recapeada não está abrangida. Nesse sentido requeiro saber:

- Há previsão de obras de recapeamento da Mércia Wanderley Lara ? Em caso afirmativo, quando?
- Caso não haja, seria possível incluir no cronograma de recapeamento da SUDECAP?

RETOCULIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 11/02/2022
HORA: 12:55:28



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte, 08 de Agosto de 2022

Vereadora Iza Lourença

Senhor Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e
Sistema Viário

Vereador Wesley

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em 11/02/22

Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº
95/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência e aos demais membros desta Comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, que após ouvido este plenário seja encaminhado, por meio da Mesa, Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap, o pedido de informações sobre a questão abaixo relacionada:

Moradores da Vila Santa Rita chegaram a essa casa relatando que a Rua três mil trezentos e quarenta e um, 4 - Vila Santa Rita, CEP 30668614, situada na Vila Santa Rita já se encontrava em condições precárias e de risco e com a chuva se agravou. Situação delicada, pois coloca em risco a integridade das pessoas que moram na região que conta com idosos, crianças e pessoas com dificuldades de locomoção, que pelo estado da rua impossibilita de realizar as atividades cotidianas. Nesse sentido requeiro saber:

- Há previsão de obras de recapeamento e recuperação da via?
Em caso afirmativo, quando?

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 11/02/2022
HORA: 12:59:32



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Caso não haja, seria possível incluir no cronograma de recapeamento da SUDECAP?

Belo Horizonte, 08 de Agosto de 2022

Vereadora Iza Lourença

Senhor Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

Vereador Wesley

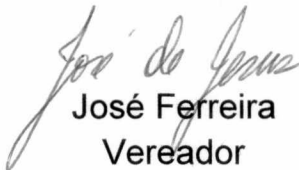
Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
11/02/22
20/00
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

As obras consistem na urbanização e a construção de 40 unidades habitacionais para o reassentamento de famílias da região. O empreendimento é uma conquista da comunidade por meio do Programa Orçamento Participativo. O valor do investimento da Prefeitura é de aproximadamente de R\$ 5 milhões.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2022.


José Ferreira
Vereador

(O documento possui três fotos em anexo.)







Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

16 1 2 1 22

A 654
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
117/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, que encaminhe a indicação anexa.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2022

Vereador Wesley

**Ao Senhor
Vereador Wesley
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e
Sistema Viário**

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 16/02/22
HORA: 12:03:31



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhora Presidente,

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 117/22, de autoria do vereador Wesley, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada a 17ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, para sugerir a intervenção deste órgão em relação ao descumprimento das cláusulas contratuais vigentes do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus e o disposto no Regulamento Operacional do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte.

Fora registrado pelos clientes que utilizam o serviço público e notificado pela imprensa que, somente no início deste primeiro bimestre, os funcionários da empresa de ônibus *Transoeste* PARALISARAM três vezes as atividades em reivindicação ao pagamento de salários, prejudicando os clientes do transporte coletivo, tendo em vista que a CONCESSIONÁRIA não se responsabilizou em substituir os funcionários em greve, descumprindo as cláusulas contratuais do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus.

Mas, este é só um exemplo dos diversos problemas que os usuários do transporte público municipal veem enfrentando como, por exemplo, descumprimento de horário preestabelecido de viagens, atraso no



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cumprimento de horário preestabelecido, superlotação dos veículos, veículos inadequados para transportar, entre outras ações e omissões que ferem os dispositivos contratuais do consórcio e também do Regulamento Operacional do Serviço.

No que tange às paralisações pelos funcionários da empresa *Transoeste*, podemos mencionar o que diz a legislação brasileira, que é um direito previsto na Constituição da República (vide artigo 9º), regulamentado pela Lei Federal nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que dispõe:

Art. 1º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Parágrafo único. O direito de greve será exercido na forma estabelecida nesta Lei.

Neste caso, o fato gerador da greve, seria a deficiência salarial e o descumprimento contratual pela CONCESSIONÁRIA junto aos seus empregados e PODER CONCEDENTE. Notadamente, a Cláusula 8ª, subcláusula 8.1 do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus garante a responsabilização da CONCESSIONÁRIA em assumir o controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias dos empregados.

Já na subcláusula 8.2 a CONCESSIONÁRIA se obriga única e exclusivamente pelos contratos de trabalho de seus respectivos empregados, inclusive, nos EVENTUAIS INADIMPLEMENTOS TRABALHISTAS em que possa incorrer. Além disso, na subcláusula 8.5 a CONCESSIONÁRIA, também se obriga, a substituir, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), qualquer funcionário para a EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS QUE ESTEJA INFRINGINDO AS NORMAS REGULAMENTARES ou qualquer disposição aplicável a este contrato.

Por fim, todas as paralisações resultantes do primeiro bimestre do ano, podem ser classificadas no Grupo 3 de gravidade de infrações, prevista no artigo 59 do Regulamento Operacional do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte, uma vez que os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

serviços estão operando em nível seriamente degradado de função ou desempenho, a saber:

Art. 59. As infrações serão classificadas, em grupos, segundo suas gravidades: I. Grupo 1: infrações que não criem à BHTRANS ou às SUBCONCESSIONÁRIAS impacto operacional;

II. Grupo 2: infrações que causem à BHTRANS ou às SUBCONCESSIONÁRIAS inconvenientes operacionais menores ou intermitentes;

III. Grupo 3: infrações que façam com que a BHTRANS ou as SUBCONCESSIONÁRIAS operem em nível seriamente degradado de função ou desempenho;

IV. Grupo 4: infrações que impeçam à BHTRANS ou às SUBCONCESSIONÁRIAS o acesso aos equipamentos, à rede de comunicação ou às aplicações do Sistema de Bilhetagem ELETRÔNICA.

No tocante ao SERVIÇO ADEQUADO, o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus, prevê na cláusula 9ª, subcláusula 9.1 que a CONCESSIONÁRIA deverá prestar os serviços satisfazendo as condições de PONTUALIDADE, REGULARIDADE, CONTINUIDADE, EFICIÊNCIA, ATUALIDADE, GENERALIDADE, UNIVERSALIDADE, SEGURANÇA, CONFORTO, HIGIENE, CORTESIA E MODICIDADE das tarifas.

Ora, Promotor, veja que as cláusulas supramencionadas do contrato público, foram evidentemente infringidas pelas CONCESSIONÁRIAS em desfavor do PODER CONCEDENTE, e, conseqüentemente, aos maiores prejudicados deste cenário – os CLIENTES, munícipes, desta cidade que estão em dia com suas obrigações fiscais com o município e recebem um atendimento precário e sem eficiência, diariamente, pelas concessionárias prestadoras do transporte público coletivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Vale chamar atenção, ainda, para a principal reclamação dos usuários do transporte público coletivo – DESCUMPRIMENTO DE PONTUALIDADE, desrespeitando os horários preestabelecidos, principalmente à noite, e atraso em viagens. De acordo com a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans), foram registradas 3.159 (três mil, cento e cinquenta e nove) reclamações do transporte coletivo no primeiro semestre de 2020 na cidade. Deste montante de reclamações, 21% se refere ao descumprimento de quadro de horários. Importante destacar que a cláusula 15 do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus garante ao usuário o direito de receber o serviço adequado, cumprindo os seus horários de trajeto e parada, e, ainda, a cláusula 14, subcláusula 14.4, obriga a CONCESSIONÁRIA em prestar o atendimento em horários corretos, entregando um serviço adequado aos clientes.

A Cláusula 13 do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus, obriga à BHTrans deveres fiscalizatórios da prestação do serviço público de transporte coletivo. Em especial, temos a subcláusula 13.2, VII que prevê:

*CLÁUSULA 13 – DOS ENCARGOS E PRERROGATIVAS DO
PODER CONCEDENTE E DA BHTRANS*

13.2 Incube à BHTrans

(...)

(vii) aplicar às CONCESSIONÁRIAS as penalidade legais, regulamentares e contratuais, exceto a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública que será aplicada pelo PODER CONCEDENTE.

Levando em consideração a letra pura do CONTRATO, a BHTrans tem o DEVER de aplicar sanções administrativas contra a CONCESSIONÁRIA por infringir, abertamente, as cláusulas mencionadas. Para tal, a cláusula 25 e o Regulamento Operacional do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte dispõem sobre as penalidades que devem ser aplicadas para as concessionárias que descumprem as cláusulas contratuais.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Portanto, o transporte coletivo, sendo um Patrimônio Público do município de Belo Horizonte, cabe ao Ministério Público de Minas Gerais apurar se as multas, previstas contratualmente e pelo regulamento oficial, estão sendo aplicadas pelo PODER CONCEDENTE e se as CONCESSIONÁRIAS estão arcando com seus pagamentos, levando em consideração que não se trata mais de uma infração leve, e, havendo presença de reincidência em infrações médias e graves. Além disso, estamos diante de um contrato BILIONÁRIO que vem sendo desacatado, transparentemente e sem nenhuma ação do PODER PÚBLICO vem sendo realizada para sanar o problema.

AO PROMOTOR DE JUSTIÇA
DR. LEONARDO DUQUE BARBABELA
17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
RUA GONÇALVES DIAS, 2.039 – LOURDES – BELO HORIZONTE – MG

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2022

Vereador Wesley

À Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Proposição originária de decisão da comissão relativa ao(a) <i>Requerimento de Comissão</i> nº <u>117</u> / <u>22</u>
--

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
16 / 2 / 22
659
Responsável pela distribuição

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **118/2022** COMISSÃO /2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, o cancelamento da audiência pública sobre as obras da via 710 aprovada através do requerimento de comissão nº 74/2022.

Agradeço antecipadamente.

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2022.



VEREADOR RUBÃO
PARTIDO PROGRESSISTA

Exmo. Sr.
Vereador Wesley
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário.

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
16 / 2 / 22

1059
Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 16/02/2022
HORA: 13:40:43

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **119/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública na reunião ordinária desta comissão do dia 24/02/2022, com a finalidade de discutir sobre o Complexo de obras nos bairros Boa Vista, São Geraldo e Caetano Furquim, referente ao acordo entre a Vale e Prefeitura de Belo Horizonte.

O Complexo engloba o Parque Linear no bairro São Geraldo, a construção de uma URPV no bairro Caetano Furquim, a reforma da URPV no bairro Boa Vista e o Centro Poliesportivo no bairro Boa Vista.

As obras não foram iniciadas e estão muito atrasadas. Segundo informações a Vale já teria repassado parte dos valores para a PBH, portanto as obras já deveriam ter sido iniciadas.

Faz-se necessária a realização de audiência para que os responsáveis possam fornecer maiores informações sobre a conclusão das obras.

A lista de convidados segue abaixo.

Agradeço antecipadamente.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2022.



VEREADOR RUBÃO
PARTIDO PROGRESSISTA

Exmo. Sr.
Vereador Wesley
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e
Sistema Viário.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 16/02/2022
HORA: 12:56:31

Lista de Convidados

Josué Valadão — Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI

Henrique de Castilho Marques — Superintendente da SUDECAP

José Henrique de Oliveira Neto — Coordenador de Atendimento Regional Leste;

Moacir Júnior - Corsi Arquitetura e Construção Ltda

e-mail: moajr@yahoo.com

IBAMA –

imprensa@ibama.gov.br

Vale -

**e-mails: vale.ri@vale.com; thais.oliveira@vale.com;
clarice.borges@vale.com**

Núcleo de Apoio Institucional do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT

e-mail: naa.sremg@dnit.gov.br

Fábio Pereira Miranda – Liderança do bairro Boa Vista

e-mail: fabiopereiramiranda@gmail.com

Alessandro Istvan Amaral Silva – Liderança do bairro São Geraldo

e-mail; istvan2020@gmail.com

Roni de Melo Franco - Liderança do bairro Boa Vista

e-mail; ronimelofranco19@gmail.com

Jorge Orozimbo -

e-mail: jorge2019orozimbo@gmail.com

VLI – e-mail: imprensa@vli-logistica.com.br;

**Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:**

16 12 122

9034

Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **120/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário que apresente, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a indicação anexa.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2022

Vereadora Macaé Evaristo

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 120/22, de autoria da Vereadora Macaé Evaristo, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada ao Superintendente da SUDECAP, Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa, para sugerir que a partir de laudo técnico emitido por órgão competente, seja efetuada a demolição da residência localizada à Rua São Damião no. 350, no bairro Novo Glória.

Os moradores relatam que o imóvel está interditado pela Defesa Civil desde janeiro de 2020 e fica na parte alto do bairro. Segundo eles e a Defesa Civil, há risco de deslizamento iminente, colocando em perigo todas as casas ao entorno.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2022

Vereadora Macaé Evaristo

Proposição originária de decisão da comissão relativa ao(a)
<u>Requerimento de Comissão</u>
nº <u>120</u> / <u>2022</u>

A Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
16 / 12 / 21

AG4
Responsável pela distribuição

Requerimento de Comissão

121/2022

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DO VEREADOR NIKOLAS FERREIRA

REQUERIMENTO Nº _____

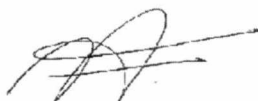
Senhor Presidente Wesley,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76 da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II, do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Exmo. Sr. Prefeito Alexandre Kalil, bem como ao Presidente da BHTRANS, Sr. Diogo Prosdocimi, pedido de informações acerca das eleições dos Representantes das Comissões Regionais de Transportes e Trânsito – CRTT do Município de Belo Horizonte.

1) Em que data findou-se o último mandato dos representantes do CRTT?

2) Tendo em vista as eleições dos Representantes do CRTT do Município de Belo Horizonte terem ocorridas no dia 04/12/2021 e o resultado publicado no DOM dia 08/12/2021, qual a previsão de convocação para a posse dos eleitos? Favor nos enviar o calendário com a data da convocação e posse, assim como a previsão para o início das atividades do CRTT.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2022



NIKOLAS FERREIRA DE OLIVEIRA

VEREADOR

Ao Senhor

Vereador Wesley,

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

16 1 21 22

4653
Responsável pela distribuição

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 16/02/2022
HORA: 14:40:09



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

123/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado ao Superintendente da SUDECAP, Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa, pedido de informações sobre as providências a serem tomadas no que se refere ao imóvel localizado à Rua São Damião, 350, no Bairro Novo Glória, interditado pela Defesa Civil desde janeiro de 2020:

- 1- Quando será expedido o laudo de técnico que permitirá a demolição do imóvel?
- 2- Quando será realizada a demolição do restante do imóvel?
- 3- Quando começará a obra de construção de um muro de arrimo?
- 4- Quais as providências que serão tomadas para a reconstrução da casa?

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2022.

Macaé Evaristo
Vereadora do PT

Ao Senhor
Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário
Proposição Inicial

Avulsos distribuídos em:

36 1 2 122

659
Responsável pela distribuição

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E
SISTEMA VIÁRIO
PARECER PROJETO DE LEI N. 204/2021
1º TURNO DE VOTAÇÃO**

RELATÓRIO

Vem à essa Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, o Projeto de Lei nº 204/2021, de autoria do Vereador Wilsinho da Tabu, que *"Dispõe sobre a obrigatoriedade de Informação ao Legislativo sobre alterações nas tarifas do Serviço de Transporte Público de passageiros do Município de Belo Horizonte"*. O projeto foi examinado pela Comissão de Legislação e Justiça, que se manifestou, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. Na Comissão Direitos Humanos, recebeu o parecer pela aprovação e após a perda de prazo pela Comissão Administração Pública, vem agora a esta comissão, em primeiro turno de discussão e votação, para receber parecer quanto ao mérito.

Designado relator, passo a análise de mérito do Projeto de Lei nº 204/2021, nos termos do art. 52, inciso VI do Regimento Interno desta casa.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme exposição de motivos do nobre colega vereador, o presente Projeto visa garantir transparência no ato administrativo exarado pelo Poder Executivo Municipal no que tange às alterações de tarifas no serviço de transporte público do Município.

Como justificativa, expõe que *"o poder fiscalizador do poder Legislativo será devidamente cumprido com a apresentação dos dados relativos ao aumento das tarifas de transporte público"*.

DT-17-2021-14-Fev-2022-14:13-004119-1/2



Nessa senda, o projeto estabelece que todo ajuste e/ou reajuste nas tarifas do transporte público de Belo Horizonte devem ser informados pelo Executivo ao Legislativo com a antecedência mínima de 20 dias corridos anteriores à previsão de sua implementação.

No que tange à competência desta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, verifica-se que o projeto possui importantes impactos para prevenir a população belorizontina dos impactos econômicos das alterações de tarifas, além de garantir a transparência no sistema de transporte público municipal.

Em um contexto de inflação, o pré-estabelecimento de alterações nas tarifas possibilitará um planejamento de empresas e usuários do transporte público na flutuação do valor, devendo ser enaltecido que a justificação da alteração por planilhas e outros elementos que servem de base ao reajuste favorecerá a compreensão do sistema, permitindo o estudo de soluções para evitar aumentos desnecessários ou até mesmo ilegais.

A mobilidade urbana pública, em Belo Horizonte, tem sido um constante problema que inclusive foi alvo de uma CPI por essa Casa. Assim, o presente projeto, por apresentar possíveis melhorias na estrutura de transparência no sistema tarifário merece respaldo pelos edis.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos aspectos que compete a esta comissão examinar, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 204/2021.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2022.


Vereador Bráulio Lara

Partido NOVO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO

PARECER EM PRIMEIRO TURNO PROJETO DE LEI Nº 231/2021

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi protocolizado nesta Câmara Municipal o Projeto de Lei 231/2021 de autoria dos nobres Vereadores Ciro Pereira e Nikolas Ferreira, que altera a Lei nº 7.638/99, que “cria o Programa de Incentivo à Instalação e Ampliação de Empresas, o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências”.

Inciando o trâmite legislativo nesta Câmara Municipal, o Projeto foi designado para a apreciação da Comissão de Legislação e Justiça, entendendo o colegiado pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da matéria.

Por tratar-se de um Projeto de Lei cujo escopo é afeto a Comissão de Desenvolvimento, Transporte e Sistema Viário, segue o parecer quanto ao mérito nos termos do art. 52, inciso V, “a”, do Regimento Interno.

Designado Relator para a matéria, passo a emitir parecer e voto sobre o projeto na forma do Regimento Interno desta Casa.

1. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em análise tem por objetivo alterar a Lei nº 7.638/99, que “cria o Programa de Incentivo à Instalação e Ampliação de Empresas, o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, o Conselho Municipal de

1
PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 10/02/2022
HORA: 15:56:43



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Desenvolvimento Econômico e dá outras providências”.

Justifica a proposição encaminhada pelos nobres Vereadores, cujo objetivo da iniciativa é criar mais uma possibilidade de aplicação de orçamentos voltados para o empreendedorismo, qual seja, no ingresso de empresa com uma cultura empreendedora.

Insta mencionar, a Lei complementar 182, de 1º de Junho de 2021, mais especificamente em seu artigo 3º, VIII, ao “incentivo a contratação, pela administração pública, de soluções inovadoras elaboradas desenvolvidas por *startups*, reconhecidos o papel do Estado no fomento à inovação e as potenciais oportunidades de economicidade, de benefícios e de solução de problemas públicos com soluções inovadoras.

A aprovação do projeto seria de grande pertinência para o município, pois o incentivo aos empreendimentos inovadores beneficiam não só os empresários como a geração de emprego e renda para a cidade. Além disso, as *statups* gozam de vários benefícios, quais incluem regimes especiais de tributação com base nas vantagens que podem ser oferecidas ao contribuinte para deixar mais fácil o processo de recolhimento fiscal diante do que seria um regime normal de tributação, e podem ainda ser oferecidos em forma de deduções na coleta normal, amortizações financeiras, isenção, redução de taxas, e outras várias medidas fiscais de natureza tributária.

Vale ressaltar que *startups* são caracterizadas por terem custos bastante pequenos em comparação com os lucros que obtêm, e estes costumam crescer exponencialmente a longo prazo. E diversas empresas, como *Amazon*, *Apple*, *Google* ou *Microsoft* começaram em casas ou até mesmo nas garagens de seus fundadores, trazendo soluções novas para problemas antigos, o modelo de negócio de uma *startup* não diz respeito apenas ao produto ou serviço que a empresa pretende oferecer, mas principalmente ao valor que isso trará para os clientes e ao potencial de lucro que pode gerar para seus idealizadores e investidores, o que seria muito importante para o crescimento do município.

Dito isso, o Estado assegura na CF/88, mais precisamente em seu artigo 170, a garantia do empreendedorismo cultura a feição de política de Estado:

Art. 170. *A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

(...)

IX - tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte. Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Diante de todo exposto, passo a registrar os termos da conclusão.

CONCLUSÃO

Em fase do exposto a fundamentação, ante os aspectos que compete a esta Comissão examinar, manifesto pela **aprovação** do Projeto de Lei 231/2021.

Belo Horizonte, _____ de fevereiro de 2021.



**VEREADOR WESLEY
RELATOR**

Erro material. Fica recebido como:
<u>Belo Horizonte, de fevereiro</u>
<u>de 2021.</u>
Em <u>16 / 02 / 2021</u>
<u>João Bauer - 479</u>



OF. SMGO/DALE Nº 070 /2022

Belo Horizonte, 09/02/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.739/2021** – Vereador Braulio Lara – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 4.829/21, de 09/12/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.739/2021, de autoria do Vereador Braulio Lara, que solicita informações sobre as políticas públicas desenvolvidas pelo Executivo na execução da Lei 11.149/19, que “Institui o Programa Estamos Juntos no Município de Belo Horizonte e dá outras providências”.

Consultada, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania emitiu resposta por meio do Ofício SMASAC/DALE – 061/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Josué Costa Valadão

Secretário Municipal de Governo em exercício

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA
GABINETE SMASAC

SMASAC/DALE – 061/2022


Belo Horizonte, 07 de Fevereiro de 2022

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção ao Ofício Dirleg nº 4829/21 – Requerimento de Comissão nº 1739/2021, que institui o Programa Estamos Juntos no Município de Belo Horizonte, encaminhamos o Ofício SUASS/SMASAC Nº 129/2022, com os esclarecimentos necessários.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e antecipamos os nossos agradecimentos.

Atenciosamente,


Maira da Cunha Pinto Colares
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

Ao Senhor

Felipe Prates Rozenberg

Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE

Ofício SUASS/SMASAC nº 129/2022

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2022.

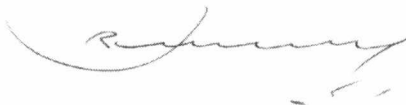
Referência: Ofício Dirleg nº 4829/21 - Requerimento de Comissão 1739/21

Prezada Secretária,

Ao cumprimentá-la, em nome da equipe da Subsecretaria de Assistência Social, acusamos recebimento do ofício em epígrafe e, na oportunidade, encaminhamos anexo **Ofício DPES SUASS Nº 016/2022**, elaborado pela equipe da Diretoria de Proteção Social Especial do Suas, para subsidiar resposta à solicitação.

Sendo o que se apresenta para o momento, nos colocamos à disposição para as informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,



José Crus

Subsecretário de Assistência Social

Ilma. Senhora

Maíra da Cunha Pinto Colares

Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
Nesta

OFÍCIO DPES SUA/SS Nº 016/2022

Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2022

ASSUNTO: Resposta Ofício DIRLEG nº 4.829/21

REFERÊNCIA: Requerimento de Comissão 1739/21, de autoria do Vereador Bráulio Lara – Programa Estamos Juntos.

Prezado Secretário,

Com cordiais cumprimentos, em resposta ao ofício em epígrafe, que solicita informações das políticas públicas desenvolvidas pelo executivo na execução da Lei 11.149/2019, que institui o Programa Estamos Juntos no Município de Belo Horizonte e dá outras providências, informamos que:

Inicialmente, o Programa tem como objetivo fomentar e garantir a inclusão produtiva da população em situação ou com trajetória de vida nas ruas no âmbito do Município, regulamentado pelo decreto 17.136, de 11 de julho de 2019, é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania.

Informações sobre o Programa podem ser acessadas pelo sítio da PBH: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/estamos-juntos>>.

- 1. Quantas pessoas estão sendo atendidas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal ou em instituições parceiras do Município? Indicar a quantia por setor (dentre aqueles distribuídos nos órgãos e entidades do Poder Executivo municipal ou em instituições parceiras do Município).**

Até janeiro de 2022, aproximadamente 432 (quatrocentos e trinta e duas) pessoas estão inscritas no Programa Estamos Juntos. Quanto às vagas de emprego disponibilizadas e os beneficiários contratados:

Vagas disponibilizadas e beneficiários contratados - 2019/2021			
Ano	Qtd. de vagas de emprego disponibilizadas	Qtd. de contratados	Qtd. de vagas canceladas ou em processo
2019	74	65	9
2020	13	6	7
2021	17	11	6

Total	104	82	22
--------------	------------	-----------	-----------

Fonte: SMDE/SUTE, janeiro, 2022.

Relação das vagas disponibilizadas em 2021, por empresas parceiras:

Relação das vagas disponibilizadas em 2021			
Empresa	Vagas ofertadas	Contratados	Vagas em processo /canceladas
Terraço	7	6	1
Ipiranga	1	0	1
Dom helder	2	2	0
Raio de luz	1	0	1
Platel Engenharia	1	1	0
Vina	1	1	0
Marítima Engenharia	1	0	1
Distribuidora de Legumes Paraense LTDA	1	0	1
Localix	2	1	1
Total	17	11	6

Já nas Unidades Socioassistenciais do município, temos 72 (setenta e duas) pessoas, com trajetória de vida nas ruas, que integram as equipes de referência dos serviços como trabalhadores, especialmente no Serviço Especializado de Abordagem Social (educadores- pares), nas Unidades de Centro POP e Acolhimentos Institucionais, com funções diversas.

Apresentamos ainda as informações relativas ao ciclo avaliativo do primeiro ano de execução do Programa, que apresentam o perfil dos usuários cadastrados e subsidiam o planejamento das demais ações.

Tabela 1 – Encaminhamento ao SINE, por Serviço da Assistência Social

Encaminhamento Institucional	Total	
	NO.	%
Abrigo Anita I e II	56	15,3
Abrigo Reviver	33	9,02
Abrigo Granja de Freitas	30	8,2
Centro Pop Centro Sul	75	20,49
Abrigo Fábio Alves dos Santos	17	4,65
CREAS Pampulha	11	3,01
Albergue Tia Branca	31	8,48
Centro Pop Leste	23	6,28
SEAS Nordeste	11	3,01
Abrigo Pompéia	11	3,01
Abrigo São Paulo	5	1,37
CREAS Leste	10	2,73
SEAS Barreiro	4	1,09

Centro Pop Noroeste	2	0,55
Centro Pop Oeste	3	0,82
Centro Pop Nordeste	3	0,82
CREAS Centro Sul	5	1,37
CREAS Nordeste	4	1,09
CREAS Norte	1	0,27
CREAS Noroeste	3	0,82
República Jovem	1	0,27
Masculina		
CRAS Senhor dos Passos	1	0,27
SEAS	4	1,09
Abrigo Maria Maria	7	1,9
Centro Pop Venda Nova	1	0,27
CREAS Oeste	2	0,55
CREAS Venda Nova	2	0,55
Republica Casablanca	1	0,27
Feminina		
SEAS Centro Sul	1	0,27
SEAS Leste	1	0,27
CRAS Ventosa	1	0,27
SEAS Norte	2	0,55
Sem registro	4	1,09
Total	366	100

Fonte: DQIM/SUTE/SMDE, Janeiro, 2020.

Tabela 2 – Comparecimento ao SINE, por Serviço da Assistência Social

Encaminhamento Institucional	Total Parcial	
	NO.	%
Abrigo Anita I e II	22	11,07
Abrigo Reviver	15	7,55
Abrigo Granja de Freitas	19	9,56
Centro Pop Centro Sul	44	22,11
Abrigo Fábio Alves dos Santos	11	5,54
CREAS Pampulha	7	3,52
Albergue Tia Branca	16	8,04
Centro Pop Leste	15	7,54
SEAS Nordeste	3	1,51
Abrigo Pompéia	2	1,00
Abrigo São Paulo	2	1,00
CREAS Leste	9	4,52
SEAS Barreiro	4	2,01
Centro Pop Noroeste	2	1,00
Centro Pop Oeste	1	0,50
Centro Pop Nordeste	3	1,51
CREAS Centro Sul	2	1,00
CREAS Nordeste	4	2,01
CREAS Norte	1	0,50
CREAS Noroeste	1	0,50
República Jovem	1	0,50
Masculina		
CRAS Senhor dos Passos	1	0,50
CRAS Ventosa	1	0,50
Abrigo Maria Maria	4	2,01
Centro Pop Venda Nova	1	0,50
CREAS Oeste	2	1,00

CREAS Venda Nova	1	0,50
Republica Casablanca	1	0,50
Feminina		
SEAS Leste	1	0,50
SEAS NORTE	2	1,00
Sem registro	1	0,50
Total	199	100

Fonte: DQIM/SUTE/SMDE, Janeiro, 2020.

2. Quais as atividades estão sendo desenvolvidas pela população em situação de rua, que se enquadram no inciso III, do art. 2º, da Lei 11.149/2019?

Em consulta a SMDE/SUTE, as frentes de trabalho ainda não foram regulamentadas devido a indisponibilidade de recursos.

3. Quais valores remuneratórios são praticados por essas atividades? Indicar por setor.

Em consulta a SMDE/SUTE, tivemos a informação que a empresa, ao contratar um beneficiário do Programa não informa a remuneração, mas que segue as mesmas condições estabelecidas para vaga de contratações não mediadas pelo Programa.

4. Qual a média de tempo que a pessoa participa do programa?

O beneficiário pode permanecer por Programa Estamos Junto por um período de 2 (dois) anos e continuar trabalhando na empresa parceira por tempo indeterminado.

5. Quais programas de capacitação estão sendo ofertados?

- Ações Formativas de Apoio (formato de oficinas): objetivo de orientar sobre o mercado de trabalho, elaboração de currículos e apresentação do sistema do SINE: como funciona, como se inscrever, como se candidatar às vagas. Atividades realizadas de forma articulada e periódica entre Centro POP Leste e SINE, e também com os demais Centro Pop's, de acordo com a demanda (em desenvolvimento);
- Valorização da gastronomia articulada à agroecologia: Qualificação profissional na trilha de Panificação - compreende 07 cursos, totalizando 304 horas, sendo Auxiliar de Panificação (72h); Pizzaiolo (40h); Aperfeiçoamento em Panificação (40h); Panificação Artesanal (32h); Confeitaria na Padaria (48h); Panificação Caseira (32h) e Salgadeira (40h). Não exclusivo a população em situação de rua, realizado em articulação com os Centros POP's (previsão 2022);

- Valorização da gastronomia articulada à agroecologia: Qualificação profissional na trilha de Confeitaria – compreende 06 cursos, totalizando 272 horas, sendo – Bases da Confeitaria (80h); Iniciação a Bolos Festivos (32h); Tortas doces/salgadas e Bolos de Pote (32h); Doces de festas, bombons e trufas (40h); Aperfeiçoamento em Bolos Decorados (40h); Confeitaria Contemporânea (48h). Não exclusivo a população em situação de rua, realizado em articulação com os Centros POP's (previsão 2022);

- Valorização da gastronomia articulada à agroecologia: Qualificação profissional na trilha de Comida Mineira - compreende 06 cursos, totalizando 272 horas, sendo Auxiliar de Cozinha (80h); Gastronomia Mineira e Belo-Horizontina (48h); Comida de Boteco (40h); Doces Mineiros, Geleias e Conservas (32h), Comida de Marmiteix (32h) e Quitandas Mineiras (40h).. Não exclusivo a população em situação de rua, realizado em articulação com os Centros POP's (previsão 2022).

6. Há um indicador de quantas e qual percentual de pessoas que são absorvidas pelo mercado de trabalho?

Em consulta a SMDE/SUTE, dos 432 (quatrocentos e trinta e dois) beneficiários cadastrados e monitorados pelo Programa, 82 (oitenta e dois) foram inseridos no Mercado de Trabalho, representando 19%.

7. Há um indicador de quantas e qual percentual de pessoas que deixam de ser moradores de rua?

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania têm trabalhado no desenvolvimento de estratégias compartilhadas de monitoramento e avaliação do programa e da participação dos beneficiários. A construção de projetos de saída de vida nas ruas requer ações articuladas entre as diversas políticas públicas, com o apoio da sociedade civil para o alcance deste objetivo. No momento, não temos um indicador específico de mensuração dos indivíduos que deixaram a rua em decorrência do acesso ao programa.

Insta-nos registrar, conforme podemos observar nos dados no item 1, os anos de 2020 e 2021, com o advento da situação de emergência em saúde pública decorrente da Covid-19, tiveram um forte impacto com a redução de vagas disponibilizadas pelas empresas que aderiram ao Programa Estamos Juntos, situação que ainda permanece.

Permanecemos a disposição para demais informações necessárias,

Atenciosamente,

Regis Aparecido Andrade Spíndola
Diretor de Proteção Social Especial do SUAS BH

Senhor,

José Crus

Secretário Adjunto | Subsecretário de Assistência Social

Nesta Secretaria

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 15/02/2022

396

Responsável pela distribuição

DIRETORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - DPES

Subsecretaria de Assistência Social

Av. Afonso Pena, 342 - 1º andar - Centro | BH/MG

(31) 3277-4503 | ehh@bh.br

Assistência
Social



PREFEITURA
BELO HORIZONTE



OF. SMGO/DALE Nº 073 /2022

Belo Horizonte, 15 /02 /2022

Assunto: Resposta aos **Requerimentos de Comissão nºs 1.748/2021, 1.763/2021 e 1.774/2021** –
Autoria Vereador Gabriel.

Senhora Presidente,

Reporto-me aos Requerimentos de Comissão em epígrafe, de autoria do Vereador Gabriel, que solicitam as atas das reuniões e qualquer outro recurso utilizado como gravações, vídeos ou áudios, realizadas nos dias 08, 13 e 15 de dezembro de 2021, no Gabinete do Prefeito, onde foram discutidos temas sobre o transporte público na cidade.

Em resposta às solicitações, cumpre esclarecer, primeiramente, que a confecção de atas de reuniões carece de expressa previsão legal e advém, comumente, de órgãos colegiados cujos encontros resultem em deliberações, situação na qual não se inserem as reuniões objeto dos requerimentos.

A interpretação encontra amparo na Lei Federal nº 9.784, de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e determina em seu art. 49-G que as decisões administrativas tomadas mediante a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades de forma coordenada deverá ser consolidada em ata, o que não é o caso das reuniões questionadas.

A legislação local possui normas que espelham a exigência federal, tal qual a Lei nº 4.253, de 1985, que dispõe sobre a política de proteção do controle e da conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no município de Belo Horizonte, consignando em seu art. 14, VI, que as reuniões do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM) possuem caráter deliberativo e, portanto, necessitam de ata.

Semelhante interpretação aplica-se ao art. 83, IX e X, da Lei Municipal nº 11.181, de 2019, que aprova o Plano Diretor, ao conferir caráter deliberativo a determinadas manifestações do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR.



Ciente de que nenhuma decisão foi tomada nas reuniões em voga e diante da inexistência de instrumento normativo municipal que regule a elaboração de atas para reuniões desprovidas de caráter deliberativo, os requerimentos apresentados não são passíveis de atendimento.

Acrescenta-se que as reuniões realizadas nos dias 08, 13 e 15 de dezembro de 2021, não contaram com nenhum recurso de gravação, seja por meio de vídeo seja via áudio, inexistindo a mídia solicitada. Dessa forma, considerando que o Executivo não possui os dados estruturados nos moldes requeridos, informo que os presentes requerimentos não são passíveis de atendimento.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

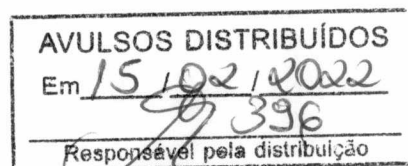
Atenciosamente,



Josué Costa Valadão

Secretário Municipal de Governo em exercício

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL





OF. SMGO/DALE Nº 073 /2022

Belo Horizonte, 15 /02 /2022

Assunto: Resposta aos **Requerimentos de Comissão nºs 1.748/2021, 1.763/2021 e 1.774/2021** –
Autoria Vereador Gabriel.

Senhora Presidente,

Reporto-me aos Requerimentos de Comissão em epígrafe, de autoria do Vereador Gabriel, que solicitam as atas das reuniões e qualquer outro recurso utilizado como gravações, vídeos ou áudios, realizadas nos dias 08, 13 e 15 de dezembro de 2021, no Gabinete do Prefeito, onde foram discutidos temas sobre o transporte público na cidade.

Em resposta às solicitações, cumpre esclarecer, primeiramente, que a confecção de atas de reuniões carece de expressa previsão legal e advém, comumente, de órgãos colegiados cujos encontros resultem em deliberações, situação na qual não se inserem as reuniões objeto dos requerimentos.

A interpretação encontra amparo na Lei Federal nº 9.784, de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e determina em seu art. 49-G que as decisões administrativas tomadas mediante a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades de forma coordenada deverá ser consolidada em ata, o que não é o caso das reuniões questionadas.

A legislação local possui normas que espelham a exigência federal, tal qual a Lei nº 4.253, de 1985, que dispõe sobre a política de proteção do controle e da conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no município de Belo Horizonte, consignando em seu art. 14, VI, que as reuniões do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM) possuem caráter deliberativo e, portanto, necessitam de ata.

Semelhante interpretação aplica-se ao art. 83, IX e X, da Lei Municipal nº 11.181, de 2019, que aprova o Plano Diretor, ao conferir caráter deliberativo a determinadas manifestações do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR.



Ciente de que nenhuma decisão foi tomada nas reuniões em voga e diante da inexistência de instrumento normativo municipal que regule a elaboração de atas para reuniões desprovidas de caráter deliberativo, os requerimentos apresentados não são passíveis de atendimento.

Acrescenta-se que as reuniões realizadas nos dias 08, 13 e 15 de dezembro de 2021, não contaram com nenhum recurso de gravação, seja por meio de vídeo seja via áudio, inexistindo a mídia solicitada. Dessa forma, considerando que o Executivo não possui os dados estruturados nos moldes requeridos, informo que os presentes requerimentos não são passíveis de atendimento.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

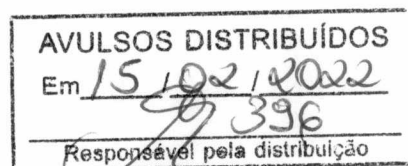
Atenciosamente,



Josué Costa Valadão

Secretário Municipal de Governo em exercício

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL





OF. SMGO/DALE Nº 073 /2022

Belo Horizonte, 15 /02 /2022

Assunto: Resposta aos **Requerimentos de Comissão nºs 1.748/2021, 1.763/2021 e 1.774/2021** –
Autoria Vereador Gabriel.

Senhora Presidente,

Reporto-me aos Requerimentos de Comissão em epígrafe, de autoria do Vereador Gabriel, que solicitam as atas das reuniões e qualquer outro recurso utilizado como gravações, vídeos ou áudios, realizadas nos dias 08, 13 e 15 de dezembro de 2021, no Gabinete do Prefeito, onde foram discutidos temas sobre o transporte público na cidade.

Em resposta às solicitações, cumpre esclarecer, primeiramente, que a confecção de atas de reuniões carece de expressa previsão legal e advém, comumente, de órgãos colegiados cujos encontros resultem em deliberações, situação na qual não se inserem as reuniões objeto dos requerimentos.

A interpretação encontra amparo na Lei Federal nº 9.784, de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e determina em seu art. 49-G que as decisões administrativas tomadas mediante a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades de forma coordenada deverá ser consolidada em ata, o que não é o caso das reuniões questionadas.

A legislação local possui normas que espelham a exigência federal, tal qual a Lei nº 4.253, de 1985, que dispõe sobre a política de proteção do controle e da conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no município de Belo Horizonte, consignando em seu art. 14, VI, que as reuniões do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM) possuem caráter deliberativo e, portanto, necessitam de ata.

Semelhante interpretação aplica-se ao art. 83, IX e X, da Lei Municipal nº 11.181, de 2019, que aprova o Plano Diretor, ao conferir caráter deliberativo a determinadas manifestações do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR.



Ciente de que nenhuma decisão foi tomada nas reuniões em voga e diante da inexistência de instrumento normativo municipal que regule a elaboração de atas para reuniões desprovidas de caráter deliberativo, os requerimentos apresentados não são passíveis de atendimento.

Acrescenta-se que as reuniões realizadas nos dias 08, 13 e 15 de dezembro de 2021, não contaram com nenhum recurso de gravação, seja por meio de vídeo seja via áudio, inexistindo a mídia solicitada. Dessa forma, considerando que o Executivo não possui os dados estruturados nos moldes requeridos, informo que os presentes requerimentos não são passíveis de atendimento.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

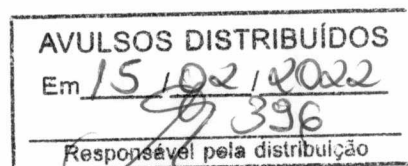
Atenciosamente,



Josué Costa Valadão

Secretário Municipal de Governo em exercício

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL





OF. SMGO/DALE Nº 075 /2022

Belo Horizonte, 15 / 02 /2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.791/2021** – Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.008/21, de 27/12/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.791/2021, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações sobre a segurança dos ciclistas em Belo Horizonte.

Consultada, a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte emitiu resposta por meio do Ofício BHTRANS-DPR/DALE Nº 40/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Josué Costa Valadão

Secretaria Municipal de Governo em exercício

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

BHTRANS-DPR/DALE 40 /2022

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2022

ASSUNTO: Resposta ao requerimento de comissão CMBH nº 1791/2021
Gabinete do Vereador Nikolas Ferreira
Pedido de informações sobre a segurança de ciclistas em Belo Horizonte.

Senhor Diretor,

Com meus cordiais cumprimentos, apresento subsídio de resposta à demanda apresentada pelo Vereador Nikolas Ferreira, registrada no TAG 349463, as informações atinentes as seguintes perguntas:

- 1) *Os acidentes ocorridos envolvendo ciclistas são registrados? Se sim, enviar relatório com os dados.*

Resposta: Anexo Nota Técnica BHTRANS/DPI/SUPI/GEPTI 01/2022

- 2) *Na Avenida Tereza Cristina e no Hipercentro de BH existe monitoramento do uso das ciclofaixas, principalmente quanto aos veículos automotores que têm invadido a área destinada e colocado a vida dos ciclistas em risco?*

Resposta: A equipe operacional da BHTRANS realiza o monitoramento de trânsito de forma geral, levando em conta todos os usuários da via. Os relatos das observações feitas em campo são registrados em relatórios operacionais e disponibilizados à Central de Operações da BHTRANS.

Em caso de acidentes de trânsito, a equipe de campo realiza o apoio operacional necessário ao socorro das vítimas, implementa desvios e monitora a situação do trânsito até o término da ocorrência. A lavratura dos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito é de responsabilidade da Polícia Militar.

- 3) *As sinalizações como pintura (sinalização horizontal) e catadióptricos estão atualizados?*

Resposta: Anexo Informação Técnica BHTRANS/DSV/GESIN 02/2022

Na expectativa de respondidas as informações solicitadas, coloco-me à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Deusuete Matos Pereira de Assis – BT00140

Presidente Substituta

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Senhor

Felipe Prates Rozenberg

Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE

Secretaria Municipal de Governo – Prefeitura de Belo Horizonte



**NOTA TÉCNICA BHTRANS DPI/SUPI/GEPTI N° 001/2022
DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022**

Referência: Requerimento de Comissão n.º 1791/2021 da Câmara Municipal de Belo Horizonte / Gabinete do Vereador Nikolas Ferreira

Assunto: Sinistros com vítimas ciclistas, em Belo Horizonte, no ano de 2020.

A BHTRANS/GEPTI em convênio com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública SEJUSP, mantém estatísticas de acidentes em Belo Horizonte.

Vítimas Não Fatais ciclistas: 2019=437; 2020=438.

Vítimas Fatais ciclistas: 2019=2; 2020=4.

Fonte: Relatório de Sinistros de Trânsito com vítimas em Belo Horizonte. Ano Base 2020. BHTRANS/GEPTI.

Anexo: Relatório de Sinistro de Trânsito com vítimas em Belo Horizonte – Ano base 2020.

Esta é a informação técnica disponível.

Simone Lopes de Moura Tonioni – bt00866

Simone Lopes de Moura Tonioni
Supervisora – GEPTI

Adilson Eduardo
Oliveira Coelho
BT002131

Assinado de forma digital por
Adilson Eduardo Oliveira Coelho
BT002131
Dados: 2022.02.08 17:45:16 -03'00'

Adilson Eduardo Oliveira Coelho
Gerente de Pesquisas e Tecnologia da Informação– GEPTI



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

**INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS/DSV/GESIN Nº 002 /2022
DE 07 DE FEVEREIRO DE 2022**

REFERÊNCIA: Requerimento de Comissão 1791/2021 do Vereador Nikolas Ferreira.

ASSUNTO: Solicitação de informações relativas ao sistema ciclovitário de Belo Horizonte.

Em resposta ao item 3 do Requerimento de Comissão 1791/2021 do Vereador Nikolas Ferreira, apresentamos as informações.

"3) As sinalizações como pintura (sinalização horizontal) e catadióptricos estão atualizados? "

A sinalização horizontal, bem como os dispositivos auxiliares (tachões) implantados, não só na Av. Teresa Cristina, como também nas demais infraestruturas ciclovitárias de Belo Horizonte, encontram-se rigorosamente de acordo com as normas técnicas e em conformidade com o disposto no Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Estamos à disposição para demais esclarecimentos.

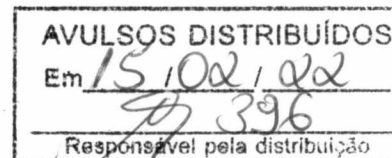
P/ **Willer Quintão**
Soares BT 00278
Mauro Luiz Cardoso de Oliveira – BT 000091
Supervisor de projetos e obras especiais
Gerência de Sinalização / GESIN
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Assinado de forma digital por
Willer Quintão Soares BT 00278
Dados: 2022.02.09 08:03:27
-03'00'

De Acordo:

Rodrigo Geraldo
Aguiar - BT 01851
Rodrigo Geraldo Aguiar – BT01851
Gerente de sinalização
Gerência de Sinalização / GESIN
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Assinado de forma digital por
Rodrigo Geraldo Aguiar - BT 01851
Dados: 2022.02.08 17:24:52 -03'00'





OF. SMGO/DALE Nº 078/2022

Belo Horizonte, 15/02/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.800/2021** – Autoria do Vereador Gabriel – encaminhado pelo ofício Of. Dirleg nº 5.010/21, de 27/12/2021.

Senhora Presidente,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 1.800/2021, de autoria do Vereador Gabriel, que solicita a ata da reunião e qualquer outro recurso utilizado como gravações, vídeos ou áudios, realizada no dia 21 de dezembro de 2021.

Em resposta à solicitação, cumpre esclarecer, primeiramente, que a confecção de atas de reuniões carece de expressa previsão legal e advém, comumente, de órgãos colegiados cujos encontros resultem em deliberações, situação na qual não se inserem as reuniões objeto do requerimento.

A interpretação encontra amparo na Lei Federal nº 9.784, de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e determina em seu art. 49-G que as decisões administrativas tomadas mediante a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades de forma coordenada deverá ser consolidada em ata.

A legislação local possui normas que espelham a exigência federal, tal qual a Lei nº 4.253, de 1985, que dispõe sobre a política de proteção do controle e da conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no município de Belo Horizonte, consignando em seu art. 14, VI, que as reuniões do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM) possuem caráter deliberativo e, portanto, necessitam de ata.

Semelhante interpretação aplica-se ao art. 83, IX e X, da Lei Municipal nº 11.181, de 2019, que aprova o Plano Diretor, ao conferir caráter deliberativo a determinadas manifestações do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR.



No entanto, a reunião realizada no dia 21 de dezembro de 2021, excepcionalmente, gerou ata, a qual segue anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Josué Costa Valadão

Secretário Municipal de Governo em exercício

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

Local: Salão Nobre, situado na Avenida Afonso Pena, nº 1212, 2º andar, Centro.

Horário: 11h.

PRESENTES: o Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Alexandre Kalil; o Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman; o Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, Sr. Diogo Prosdocimi; o Presidente do SetraBH, Sr. Raul Lycurgo Leite; o Conselheiro do SetraBH, Sr. Rubens Lessa Carvalho; o Procurador-Geral do Município, Sr. Castellar Modesto Guimarães Filho; o Secretário Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão, Sr. André Reis; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona.

Ao vigésimo primeiro dia do mês de dezembro de 2021, reuniram-se no Salão Nobre, localizado no Edifício Sede da Prefeitura de Belo Horizonte – Avenida Afonso Pena, nº 1212, o Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Alexandre Kalil; o Presidente do SetraBH, Sr. Raul Lycurgo Leite; o Conselheiro do SetraBH, Sr. Rubens Lessa Carvalho; o Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman; o Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, Sr. Diogo Prosdocimi; o Procurador-Geral do Município, Sr. Castellar Modesto Guimarães Filho; o Secretário Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão, Sr. André Reis; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona.

O Prefeito, Sr. Alexandre Kalil abriu a reunião, destacando a importância de se tratar como prioridade na mesa o interesse da população de Belo Horizonte. O SetraBH agradeceu a retomada das tratativas. Os Srs. Rubens Lessa Carvalho e Raul Lycurgo Leite reafirmaram que todo acordo aqui celebrado será homologado na justiça e enviado para aprovação da Câmara Municipal de Belo Horizonte por meio de projeto de lei.

Foi deliberado que:

1. Não será aplicada a fórmula paramétrica, que conduziria ao aumento da tarifa de 4,50; 3,15; 1,00 e 1,35 para 5,75; 4,10; 1,30 e 1,65.
2. A Prefeitura de Belo Horizonte enviará projeto de lei para que o Poder Público faça o pagamento das gratuidades e a complementação das tarifas sociais de R\$1,00 e de R\$3,15 para a preponderante, estimadas no valor aproximado de 12 milhões de reais mensais, cujo valor exato será precisado pelos técnicos da Prefeitura.
3. Com a aprovação do projeto de lei, as tarifas atuais serão reduzidas/mantidas de 4,50; 3,15; 1,00 e 1,35 para 4,30; 3,15; 1,00 e 1,15.
4. O acordo será submetido para homologação judicial.



A presente ata foi lida e aprovada por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo Prefeito.

Alexandre Kalil

Prefeito de Belo Horizonte

Fuad Noman

Vice-Prefeito de Belo Horizonte

Diogo Prosdocimi

Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte

Raul Lycurgo Leite

Presidente do SetraBH

Rubens Lessa Carvalho

Conselheiro do SetraBH

Castellar Modesto Guimarães Filho

Procurador-Geral do Município

André Reis

Secretário Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão

Caio Perona

Subprocurador-Geral do Contencioso

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 15/02/2022

396
Responsável pela distribuição



OF. SMGO/DALE Nº 067/2022

Belo Horizonte, 09/02/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.812/2021** – Vereador Braulio Lara – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5/22, de 12/01/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.812/2021, de autoria do Vereador Braulio Lara, que solicita informações sobre a obra da construção da área de escape em trecho do Anel Rodoviário, próximo à entrada do Bairro Betânia.

Consultada, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura emitiu resposta por meio do Ofício SMOBI Nº 126/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Josué Costa Valadão

Secretaria Municipal de Governo em exercício

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SMOBI N.º126/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2022.

Ref.: TAG 349562

Prezado senhor,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 1812/2021, de autoria do Vereador Bráulio Lara, que apresenta questionamentos sobre a obra da construção da área de escape em trecho do Anel Rodoviário, próximo à entrada do Bairro Betânia, seguem as informações prestadas pelo Departamento de Obras da SUDECAP.

- Qual é o cronograma da obra?

Segue cronograma físico para implantação da Área de Escape KM 541+640 do Anel Rodoviário, com data prevista de término em 30/06/2022.

- Por que houve a interrupção?

A interrupção parcial/total dos serviços até janeiro de 2022 ocorreu em função do período de incidência de chuvas.

Atenciosamente,

JOSUÉ COSTA VALADÃO


Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Ao senhor

Felipe Prates Rozenberg

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo

		CRONOGRAMA FÍSICO						SUDECAP			
01 - DADOS DO EMPREENDIMENTO											
EMPREENDIMENTO								PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS			
ÁREA DE ESCAPE BR-040/MG KM 541+640								180 DIAS			
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Mês										
	jan/22	fev/22	mar/21	abr/22	mai/22	jun/22					
PRAZO DE EXECUÇÃO											
01.00.00 - SERVIÇOS PRELIMINARES		40,00%	40,00%	20,00%							
02.00.00 - TERRAPLENAGEM			40,00%	40,00%	20,00%						
03.00.00 - DRENAGEM E OBRAS DE ARTE CORRENTE			10,00%	30,00%	30,00%	30,00%					
04.00.00 - PAVIMENTAÇÃO					33,33%	33,33%	33,33%				
05.00.00 - ESTRUTURAS DE CONCRETO				20,00%	40,00%	35,00%	5,00%				
06.00.00 - SINALIZAÇÃO VIÁRIA							100,00%				
07.00.00 - URBANIZAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES					33,33%	33,33%	33,33%				
OBS: DESCONTADO O PERÍODO DE CHUVAS IMPEDITIVO PARA A CONTINUIDADE DOS TRABALHOS											

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
 Em 15/02/2022
 Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. Dirleg nº 110/22

Belo Horizonte, 8 de fevereiro de 2022

Senhor Vereador,

A Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 28/22, de autoria do vereador Professor Claudiney Dulim, convida a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário para a **Audiência Pública que se realizará em 23/2/22, às 10 horas, no Plenário Camil Caram, localizado na Avenida dos Andradas, nº 3.100, Bairro Santa Efigênia**, para que seja feita a Prestação de Contas pelos poderes Executivo e Legislativo referente ao 3º quadrimestre de 2021.

Segue, anexa, cópia do Requerimento de Comissão nº 28/22.

Atenciosamente,


Vereador Professor Claudiney Dulim
Presidente da Comissão

Excelentíssimo Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário
Câmara Municipal de Belo Horizonte